

Conselho Nacional de Justiça



PROPORCIONALIDADE PENAL

ALTERNATIVAS PENAIAS



FAZENDO JUSTIÇA



Breve descrição

A ação tem como objetivo a **articulação dos atores centrais da política de alternativas penais** nas três esferas de governo, de acordo com a Resolução CNJ nº 288/2019, para a implantação de serviços de acompanhamento das medidas diversas do encarceramento. As medidas serão orientadas para a restauração das relações e a promoção de cultura da paz, a partir da responsabilização com dignidade, autonomia e liberdade.

Entrega principal

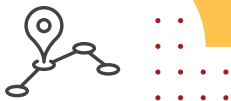
- ✓ **Qualificação dos serviços de alternativas penais** de acordo com a Resolução CNJ nº 288/2019.



Ações previstas

- Implantação e fortalecimento das Varas Especializadas de Alternativas Penais e Centrais Integradas de Alternativas Penais
- Implantação do Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape)
- Processos formativos para magistrados e servidores
- Disseminação e comunicação

ETAPAS



NACIONAL

- Diretrizes e estudos para a **qualificação das alternativas penais** no Brasil
- Gestão do **Fórum Nacional de Alternativas Penais** (Fonape)
- **Processos formativos** para magistrados e servidores que atuam no campo das alternativas penais
- Apoio técnico ao **Grupo de Trabalho de Alternativas Penais**

ESTADUAL

- Implantação e qualificação das **Varas Especializadas** de Alternativas Penais
- **Articulação dos Tribunais de Justiça, Ministério Público, Defensorias Públicas e Poder Executivo** para a institucionalização das políticas estaduais de alternativas penais
- Mobilização do Poder Executivo para implantação das **Centrais Integradas de Alternativas Penais** (Ciaps)
- **Pactuação de atos normativos e termos de cooperação** entre os atores envolvidos

MUNICIPAL

- **Formação de redes locais** para o cumprimento das alternativas penais
- **Parcerias com as políticas municipais** para encaminhamento do público



Saiba mais sobre o Fazendo Justiça e acesse o mapa das ações



FAZENDO JUSTIÇA

Nacional

Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNJ nº 288/2019

Resolução CNJ nº 288/2019

Alinhamentos institucionais sobre as diretrizes para os serviços de execução das alternativas penais no Brasil

Formação continuada

Estadual

Implantação e qualificação das Varas Especializadas de Alternativas Penais

Interloquções para implantação das Centrais Integradas de Alternativas Penais

Termo de cooperação entre Sistema de Justiça e Poder Executivo

Instituição do Comitê Gestor da política estadual de alternativas penais

Municipal

Parcerias com políticas públicas para encaminhamento do público

Interiorização das Centrais Integradas de Alternativas Penais

Termo de parceria com as instituições para cumprimento de alternativas penais

Ações de comunicação para disseminação das alternativas penais